



Demonstrações Financeiras 3T25

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas aos primeiros nove meses de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Comentário Econômico

A economia brasileira apresentou sinais mistos no último trimestre. De um lado, já se observa desaceleração em alguns setores. De outro, o mercado de trabalho se mantém aquecido, sustentando o dinamismo do consumo. Essa acomodação deve se intensificar nos próximos meses, refletindo a taxa Selic e a redução do impulso fiscal no ano. Nossas projeções indicam que o PIB crescerá 2,0% em 2025.

O Banco Central interrompeu o ciclo de alta dos juros, após levar a taxa Selic a 15%. Apesar de as expectativas de inflação e a inflação corrente ainda estarem acima da meta, há sinais consistentes de descompressão dos preços. Acreditamos que a inflação continuará desacelerando nos próximos meses, favorecida pela acomodação da atividade econômica, pela apreciação do real frente ao dólar e pela queda da inflação de custos. Isso deverá permitir ao Banco Central começar a cortar a taxa básica de juros no início de 2026.

As incertezas permanecem elevadas no cenário internacional. A política econômica norte-americana representa o principal vetor de incerteza para o desempenho da economia global, representando também uma pressão estrutural sobre o dólar. Esse contexto é agravado pelo acirramento das disputas geopolíticas ao redor do mundo.

Destaques do Período

Em julho de 2025, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") publicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o Fato Relevante que revisou o *Guidance* para o ano de 2025, em atendimento ao disposto no Parágrafo 4º do Artigo 157 da Lei no 6.404/1976 e Resolução CVM no 44/2021, aumentando a projeção das Receitas de Prestação de Serviços de "4% a 8%" para "5% a 9%" e a projeção do Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização de "6% a 10%" para "9% a 13%".

No mês de setembro de 2025, o Bradesco divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. (empresa controlada indireta), celebrou um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital Glória D'Or na rede hospitalar Atlântica D'Or, expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1º de novembro de 2024, mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. Informou ainda que a expansão desta parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com players estabelecidos na operação de hospitais.

Por fim, ainda no mês de setembro de 2025, o Bradesco aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R\$ 3,0 bilhões, sendo R\$0,270146729 por ação ordinária e R\$0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2026.



informações selecionadas 9M25

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 18,1 bi

△ +27,7% a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 1,62 ON

R\$ 1,79 PN

ROAE

14,6%

△ +3,3 p.p. a/a

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 16,03

VALOR DE MERCADO

R\$ 174,1 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

13,4%

△ +0,7 p.p. a/a

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 169,6 bi

△ +4,1% a/a

JCP R\$ 10,6 bi (bruto) | Payout 61,9% (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Set25 vs. Set24)

R\$ 1.034,2 bi (+9,6%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 451,6 bi (+13,8%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 582,7 bi (+6,5%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA ⁽²⁾

(Set25 vs. Set24)

R\$ 57,2 bi (+3,9%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Set25 vs. Set24)

R\$ 667,1 bi (+8,2%)

PROVISÕES TÉCNICAS

(Set25 vs. Set24)

R\$ 435,2 bi (+10,5%)

Vida e Previdência: R\$ 394,6 bi (+10,7%)

Seguros: R\$ 30,5 bi (+9,8%)

Capitalização: R\$ 10,1 bi (+6,6%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ^{(3) (4)}

Set25

R\$ 834,7 bi

VJR: R\$ 454,6 bi

VJORA: R\$ 97,2 bi

Custo Amortizado: R\$ 282,9 bi

(1) Atribuído aos controladores;

(2) A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21;

(3) Com a adoção da resolução CMN nº 4.966, a nova forma de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, através de modelos de negócios, de acordo com a estratégia de gestão da Organização. Com esta mudança, não estamos apresentando a comparação com períodos anteriores; e

(4) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.



Tecnologia e Inovação

A transformação digital do Bradesco segue em ritmo acelerado, consolidando a tecnologia como um pilar estratégico para gerar valor aos clientes e ao negócio. Guiados pelos pilares Centralidade no Cliente, *AI First*, Aceleração do Negócio e Eficiência, seguimos desenvolvendo soluções digitais personalizadas, seguras e eficientes, antecipando necessidades com base em dados e comportamento.

A plataforma Bridge, que democratiza o uso de IA generativa para desenvolvedores e áreas de negócio, continua ampliando casos de uso com integração simplificada e escalabilidade, reaproveitando serviços já construídos. Essa evolução permite que soluções inovadoras cheguem mais rápido ao mercado, reforçando nosso posicionamento em inteligência artificial. Estamos indo além do conceito *AI First*, queremos estar tecnologicamente *AI Ready* e avançamos na ambição de nos tornarmos um banco *AI Powered*, com aplicações práticas que aumentam produtividade, hiperpersonalização de experiências, com governança robusta, segurança, monitoração de riscos e engajamento de clientes.

A inteligência artificial também se consolidou como motor da produtividade e da experiência. A BIA Clientes com IA Generativa já está disponível para 100% dos clientes, com 87% de resolutividade no chat e integração em jornadas como Pix Inteligente no WhatsApp. A BIA Corporativa apoia 100% dos funcionários, com mais de 2 milhões de interações apoiando na busca de conteúdos e respostas. Já a BIA Tech impulsiona o ciclo de desenvolvimento com 64% mais eficiência na escrita de histórias, +80 mil histórias avaliadas com GenAI, milhares de revisões automáticas de código por mês e 85% de redução no tempo de criação de testes, garantindo qualidade e velocidade nas entregas de soluções.

Nos canais digitais para Pessoa Física, seguimos evoluindo para oferecer mais conveniência e segurança. O App Bradesco ganhou um menu centralizado para gestão de limites, permitindo ajustes rápidos e intuitivos em um só lugar. Para simplificar a vida dos clientes, lançamos o novo buscador de boletos – DDA, que envia notificações sempre que um compromisso financeiro é emitido. Já a contratação do Consignado Privado passou a operar em regime 24x7 pelo app, reforçando nosso compromisso com a conveniência, agilidade e digitalização da jornada.

Em segurança, implementamos a substituição do PIN por biometria facial na criação e alteração de senhas, tornando a jornada mais fluida sem abrir mão da proteção. Outra novidade é o alerta inteligente contra golpes durante ligações telefônicas.

A My Account, nossa conta internacional, ganhou duas funcionalidades importantes: recebimento de transferências em dólar e um painel de moedas que exibe saldos em diferentes divisas com conversão automática, ideal para quem realiza operações ou viagens internacionais.

No segmento de investimentos, ampliamos os horários para aplicações e resgates de CDBs e Baixa Automática, oferecendo mais autonomia e flexibilidade, inclusive em fins de semana e feriados. A funcionalidade no app estimula o planejamento financeiro, permitindo simulações personalizadas e aplicações direcionadas.

Em cartões, disponibilizamos a integração com o Apple Pay para as bandeiras Visa e Amex antes mesmo do recebimento físico, garantindo conveniência e integração com meios de pagamento digitais, e expandimos a geração de cartão de crédito virtual para todas as bandeiras.

Para Pessoa Jurídica, a nova plataforma Empresas e Negócios, desenvolvida em nuvem, oferece serviços voltados à gestão financeira de pequenos negócios, com integração à BIA para atendimento inteligente. Entregamos jornadas completas para pagamentos, agendamentos, alteração de limites, compartilhamento de comprovantes e débito automático, todas acessíveis e monitoradas. Também evoluímos no crédito PJ com Pronampe e Procred, contratação para MEI via Android e soluções digitais *white label* para consórcios. A jornada de ativação e recuperação do *M-Token* ganhou autonomia no app, eliminando etapas presenciais, e a BIA passou a enviar alertas proativos contra fraudes em boletos e TEDs, prevenindo golpes e garantindo mais segurança.

O trimestre também foi marcado pelo avanço do modelo *Agile@Scale*, com o lançamento de novas tribos co-gerenciadas entre tecnologia e negócios, orientadas às jornadas dos clientes. Essa estrutura fortalece a integração, aumenta a autonomia das equipes e acelera a entrega de soluções digitais. Desde o início do movimento *Change*, já alcançamos redução de quase 40% no *lead time* e melhoria de 37% na produtividade, evidenciando ganhos robustos de eficiência.



Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,9 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 09 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 30 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 81.657 funcionários, sendo 70.152 do Banco Bradesco e 11.505 de Empresas Ligadas e exterior.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no [site: bradescori.com.br](http://site:bradescori.com.br).

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o crescimento sustentável e a perenidade das nossas operações, gerando valor a longo prazo para todos os nossos stakeholders. Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada na gestão e transparência ASG.

Como parte relevante da nossa agenda estratégica, assumimos o compromisso de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais até o final do ano. Em setembro de 2025, alcançamos 100% dessa meta. Seguimos comprometidos com a geração de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida em índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br / bradescosustentabilidade.com.br.



Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho de Administração possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF – *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), o Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e as diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.



Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 4,1% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão Corporativa de Riscos

A Gestão Corporativa de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos



modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,5 bilhão

Previsão de investimentos
em 2025

R\$ 1,2 bilhão destinados ao custeio das despesas de atividades

R\$ 337 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.



E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 1,8 milhão de usuários concluirão, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 3T25

- O Grupo Bradesco Seguros foi reconhecido como a maior seguradora da América Latina no Ranking de Grupos Aseguradores en América Latina 2024, elaborado pela Mapfre Economics, área da Fundación Mapfre dedicada a pesquisas e análises sobre seguros, finanças e macroeconomia.
- O Bradesco BBI conquistou o *Euromoney Awards for Excellence* como o Melhor Banco de Investimento do Brasil em 2025. A premiação global destaca e valoriza o papel das principais instituições financeiras em suas áreas.
- Pelo terceiro ano consecutivo, a VEJA São Paulo, reconhece o Teatro Bradesco com o prêmio Teatro Mais Amado de São Paulo.

Agradecimentos

Os resultados apresentados no terceiro trimestre confirmam que a estratégia da Organização Bradesco está alinhada com os desafios e transformações do mercado atual. Cada conquista alcançada é fruto da dedicação de nossos colaboradores e da confiança de nossos acionistas e clientes. É essa parceria sólida que nos impulsiona a seguir em frente, com responsabilidade, inovação e compromisso com a excelência. Agradecemos a todos.

Cidade de Deus, 28 de outubro de 2025

Conselho de Administração e Diretoria

	R\$ mil	
	Nota	Em 30 de setembro de 2025
Ativo		
Disponibilidades	5	16.859.773
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		477.450.906
- Títulos e valores mobiliários	6a	454.594.339
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	22.856.567
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	97.181.277
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	97.181.277
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.393.357.685
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	282.881.723
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	237.139.862
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	119.708.504
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	599.151.255
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	7.188.880
- Outros ativos financeiros	13	147.287.461
Ativos não financeiros mantidos para venda	17a	1.590.292
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	14	12.718.643
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	15	8.253.704
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	16	19.224.265
Impostos a compensar		13.090.605
Créditos tributários	35c	117.451.182
Outros ativos	17	16.117.348
Total do Ativo		2.173.295.680
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.459.317.290
- Recursos de instituições financeiras	18	387.655.291
- Recursos de clientes	19	660.629.421
- Recursos de emissão de títulos	20	297.331.225
- Dívidas subordinadas	21	51.962.425
- Outros passivos financeiros	22	61.738.928
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6b e 7b	21.673.914
Provisão para perda esperada	38b	3.135.240
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		1.861.977
- Garantias Financeiras		1.273.263
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	23	435.244.311
Outras provisões	23b	34.361.671
Impostos correntes		1.955.172
Impostos diferidos	35e	6.128.757
Outros passivos	25	41.118.142
Total do passivo		2.002.934.497
Patrimônio líquido		
Capital social		87.100.000
Ações em tesouraria	26d	(168.625)
Reservas de capital		11.441
Reservas de lucros	26b	91.767.450
Outros resultados abrangentes		(5.805.176)
Lucros ou (prejuízos) acumulados		(3.315.194)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		169.589.896
Participação de acionistas não controladores	27	771.287
Total do Patrimônio Líquido		170.361.183
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.173.295.680

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil
		Acumulado em 30 de setembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		168.409.952
- Operações de crédito e arrendamento mercantil		90.990.190
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	60.258.054
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	2.500.540
- Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização		4.432.925
- Resultado de operações em moeda estrangeira		(641.875)
- Resultado das aplicações compulsórias	11b	8.703.936
- Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.166.182
Despesas da Intermediação Financeira		(102.814.762)
- Operações de captações no mercado	18e	(97.474.759)
- Operações de empréstimos e repasses	18d	(5.340.003)
Resultado da Intermediação Financeira		65.595.190
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	12	(26.036.232)
- Perda esperada com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		(25.683.001)
- Perda esperada com demais ativos financeiros		(353.231)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		39.558.958
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(22.520.801)
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28	23.023.199
- Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	23a III	10.552.329
- Despesas de pessoal	29	(19.570.286)
- Despesas administrativas	30	(16.444.771)
- Despesas tributárias	31	(6.098.570)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14a	1.335.724
- Outras receitas operacionais	32	8.491.120
- Outras despesas operacionais	33	(16.703.683)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras	24	(7.105.863)
Resultado Operacional		17.038.157
Resultado não operacional	34	(178.732)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação de Não Controladores		16.859.425
- Imposto de renda e contribuição social	35	1.424.812
- Participação de não controladores		(210.728)
Lucro Líquido		18.073.509
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuível aos Acionistas (expresso em R\$ por ação):		
- Lucro por ação ordinária	26e i	1,62
- Lucro por ação preferencial	26e i	1,79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Lucro líquido do período	18.073.509
Participação de acionistas não controladores	210.728
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	18.284.237
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	684.081
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	860.924
Próprios e de controladas	1.693.508
De coligadas e controladas em conjunto	(235.767)
Efeito dos impostos	(596.817)
Operações de <i>hedge</i>	111.450
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(345.635)
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	575.413
Efeito dos impostos	(118.328)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	(288.293)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(691)
Avaliação atuarial	(691)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	683.390
Resultado abrangente do período	18.967.627
Atribuível aos acionistas:	
Controladores	18.756.899
Não controladores	210.728

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	A��es em Tesouraria	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuído a acionistas não controladores	Totais
		��gio por Subscri��o de A��es	Legal	Estatutária						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709	794.924	161.281.633
Ajustes Iniciais na Ado��o das Resolu��es n�� 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233	-	1.205.233
Saldos em 1�� de janeiro de 2025	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(6.488.566)	(568.728)	(3.315.194)	161.691.942	794.924	162.486.866
Cancelamento de a��es em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-	-	-
Aquisi��o de a��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)	-	(222.621)
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(234.365)	(234.365)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	683.390	-	-	683.390	-	683.390
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	18.073.509	18.073.509	210.728	18.284.237
Destina��es:										
- Reservas	-	-	903.675	6.533.510	-	-	(7.437.185)	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(10.636.324)	(10.636.324)	-	(10.636.324)
Saldos em 30 de setembro de 2025	87.100.000	11.441	15.198.653	76.568.797	(5.805.176)	(168.625)	(3.315.194)	169.589.896	771.287	170.361.183

(1) Inclui os efeitos da varia  o cambial referente a convers  o de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas s  o parte integrante das Demonstra  es Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	16.859.425
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	82.135.153
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26.036.232
- Despesas com atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	45.558.962
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	7.952.885
- Depreciação e amortização	5.714.854
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(1.335.724)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(143.140)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	117.796
- (Ganho)/perda na venda de investimentos	(51.709)
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	(1.915.718)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	200.715
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(146.171.201)
- Depósitos compulsórios no Banco Central	1.077.875
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(14.335.877)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(73.765.963)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(97.032.739)
- Impostos diferidos	313.499
- Outros ativos financeiros	38.334.360
- Outros ativos	(762.356)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	12.012.656
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	25.327.835
- Impostos diferidos	(4.752.024)
- Provisões	(18.818.920)
- Outros passivos	16.238.895
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.983.130)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(35.163.967)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(63.446.171)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	102.173.130
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	112.884.111
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(81.654.887)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	730.435
Aquisição de investimentos	(2.728.230)
Alienação de investimentos	16.711
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	282.987
Aquisição de imobilizado de uso	(3.520.108)
Alienação de imobilizado de uso	670.849
Aquisição de intangível	(4.040.830)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	61.367.997
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
Recursos de emissão de títulos	106.148.486
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(91.961.645)
Emissão/liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(11.831.400)
Pagamento de arrendamento	(1.135.546)
Participação de não controladores	(234.365)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(9.164.054)
Aquisição de ações em tesouraria	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	(8.401.145)
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	17.802.885
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(200.715)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	225.625.971
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	17.802.885

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de setembro	
	2025	%
1 – Receitas	162.107.176	380,5
1.1) Intermediação Financeira	168.409.952	395,3
1.2) Prestação de Serviços	23.023.199	54,0
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(26.036.232)	(61,1)
1.4) Outras	(3.289.743)	(7,7)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(102.814.762)	(241,3)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(12.309.862)	(28,9)
Serviços de Terceiros	(3.827.187)	(9,0)
Processamento de Dados	(2.044.428)	(4,8)
Comunicação	(500.664)	(1,2)
Manutenção e Conservação de Bens	(979.610)	(2,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.156.062)	(2,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(911.335)	(2,1)
Segurança e Vigilância	(352.928)	(0,8)
Transporte	(463.430)	(1,1)
Materiais, Água, Energia e Gás	(302.110)	(0,7)
Viagens	(142.576)	(0,3)
Outras	(1.629.532)	(3,8)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	46.982.552	110,3
5 – Depreciação e Amortização	(5.714.854)	(13,4)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	41.267.698	96,9
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.335.724	3,1
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	1.335.724	3,1
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	42.603.422	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	42.603.422	100,0
9.1) Pessoal	16.963.750	39,8
Proventos	10.358.705	24,3
Benefícios	4.044.006	9,5
FGTS	867.811	2,0
Outros	1.693.228	4,0
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	7.280.294	17,1
Federais	6.332.625	14,9
Estaduais	2.873	-
Municipais	944.796	2,2
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	75.141	0,2
Aluguéis	75.141	0,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	18.284.237	42,9
Juros sobre o Capital Próprio	10.636.324	25,0
Lucros Retidos	7.437.185	17,5
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	210.728	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) INFORMAÇÕES GERAIS	69
2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	69
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	82
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	85
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	86
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	87
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	88
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	98
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	100
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	101
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	102
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	103
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	110
14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	111
15) IMOBILIZADO DE USO	112
16) INTANGÍVEL	112
17) OUTROS ATIVOS	114
18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	115
19) RECURSOS DE CLIENTES	117
20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	117
21) DÍVIDAS SUBORDINADAS	118
22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	119
23) PROVISÕES	120
24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	122
25) OUTROS PASSIVOS	126
26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	126
27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	128
28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	129
29) DESPESAS DE PESSOAL	129
30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	129
31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	130
32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	130
33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	130
34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	130
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	131
36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	134
37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	138
38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	140
39) OUTRAS INFORMAÇÕES	151

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas empresas controladas, agências no exterior e os fundos de investimento que a entidade possua controle, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 14) e intangível (Nota 16a).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21, as quais estão sendo divulgadas nesta mesma data.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas selecionadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações financeiras da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício

social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2025.

a) Base de Consolidação

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 30 de setembro de 2025	Em 30 de setembro de 2025
Ramo Financeiro – País				
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Digo S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	61,56%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior				
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (2)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (3)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização – País				
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 30 de setembro de 2025	Em 30 de setembro de 2025
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (4)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	52,89%
Ramo de Seguros - Exterior				
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (4)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País				
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (5)				
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	92,90%	92,90%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(4) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(5) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações financeiras consolidadas seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto as políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, devido a adoção das Resoluções do CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 em 1º de janeiro de 2025, conforme apresentadas a seguir:

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Organização utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 7f III).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificados como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 7f (III) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

II) Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 7.

III) Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil e suas categorias.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A

parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e

- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.

IV) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

V) Reestruturação

Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 12e.

VI) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 38g.

VII) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Organização apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Bradesco constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

O Bradesco avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação

econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.

- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

d) Juros

A Organização optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios que a compõem. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Organização optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 15.

Os direitos de uso relativos a imóveis e equipamentos de processamento de dados são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado.

i. Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois trata-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São mensurados ao custo amortizado, descontado pela taxa efetiva de juros e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado, pois são classificadas como valor justo no resultado.

A composição das operações está apresentada nas Notas 18, 19, 20 e 21.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a taxa efetiva de juros pelo método diferenciado proporcional, sendo a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 18e.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a

instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I) Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Modalidades e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024	271.600.591	238.604.704	107.376.421	32.953.602	13.443.790	19.611.591	5.673.688	5.053.904	24.875.732	719.194.023
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 31 de dezembro de 2024	-	1.384.118	1.172.512	1.331.698	3.087.425	8.017.913	3.676.052	4.729.546	24.875.732	48.274.996

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Instrumentos Financeiros e Estágios de Risco – Conforme Nova Regulamentação (Exercício Atual)	R\$ mil			
	Níveis de risco			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da Carteira em 1º de janeiro de 2025	629.751.917	28.858.215	60.648.453	719.258.585
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	9.748.637	4.226.632	36.484.191	50.459.460
Provisão para limites de crédito concedidos	2.103.867	62.000	319.588	2.485.455
Demais	308.154	34.244	423.461	765.859
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	12.160.658	4.322.876	37.227.240	53.710.774

II) Categorias de Hedge Accounting no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 106 da Resolução BCB nº 352/23, não houve reclassificações de categorias de estruturas de *Hedge Accounting* existentes na data do balanço do exercício social anterior e as suas novas classificações bem como não houve descontinuações de estruturas de *Hedge Accounting*, conforme regulamentação vigente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.185/24 e BCB nº 435/24, que dispõem sobre a as instituições elaborarem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A partir do exercício social de 2026.

Em setembro de 2025, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.252, que estabelece os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	14.553.657
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.306.116
Total de disponibilidades (caixa)	16.859.773
Aplicações voluntárias no Banco Central	11.000.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	197.766.198
Total de caixa e equivalentes de caixa	225.625.971

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado**

Títulos	R\$ mil							
	Em 30 de setembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	24.722.050	1.682.671	6.641.394	65.257.486	21.545.553	119.849.154	120.156.773	(307.619)
Letras do tesouro nacional	24.397.378	394.045	1.455.523	4.354.344	-	30.601.290	30.578.057	23.233
Notas do tesouro nacional	-	16.685	4.096.532	38.148.942	-	42.262.159	42.668.715	(406.556)
Ações	-	-	-	-	14.344.803	14.344.803	14.294.528	50.275
Letras financeiras do tesouro	87	458.068	106.330	14.781.380	-	15.345.865	15.344.694	1.171
Outros	324.585	813.873	983.009	7.972.820	7.200.750	17.295.037	17.270.779	24.258
- Grupo Segurador	1.191.777	7.394.696	15.461.637	299.273.284	11.419.991	334.741.385	334.497.857	243.528
• Seguradoras e Capitalização	819.087	1.058.326	5.226.498	14.644.235	2.761.745	24.509.891	24.528.253	(18.362)
- Letras financeiras do tesouro	83.593	1.058.326	5.169.139	14.460.755	-	20.771.813	20.769.249	2.564
- Outros	735.494	-	57.359	183.480	2.761.745	3.738.078	3.759.004	(20.926)
• Previdência	372.690	6.336.370	10.235.139	284.629.049	8.658.246	310.231.494	309.969.604	261.890
- Letras financeiras do tesouro	30.470	2.759.335	3.036.568	199.526.890	-	205.353.263	204.994.875	358.388
- Letras financeiras	49.540	3.166.348	2.191.827	29.890.887	-	35.298.602	35.071.532	227.070
- Notas do tesouro nacional	-	-	4.183.067	16.007.025	-	20.190.092	20.710.948	(520.856)
- Debêntures	3.149	79.624	482.183	26.616.677	-	27.181.633	27.150.124	31.509
- Letras do tesouro nacional	17.740	48.736	225.749	12.044.338	-	12.336.563	12.171.423	165.140
- Outros	271.791	282.327	115.745	543.232	8.658.246	9.871.341	9.870.702	639
- Outras atividades	-	3.800	-	-	-	3.800	3.798	2
Letras financeiras do tesouro	-	3.800	-	-	-	3.800	3.798	2
Total geral	25.913.827	9.081.167	22.103.031	364.530.770	32.965.544	454.594.339	454.658.428	(64.089)

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	21.673.914
Total	21.673.914

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo, derivativos de crédito e contratos de câmbio com liquidação pronta e futura, contabilizados e divulgados como derivativos, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado com base em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou outras técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos futuros e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações da carteira de câmbio devem ter o tratamento contábil como derivativos. Nesse sentido, os valores registrados como direitos e obrigações da carteira de câmbio (valor nominal) são registrados em contas de compensação e a variação do valor justo em contas de resultado.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	150.287.340	201.089	-	201.089
- Mercado interfinanceiro	85.607.372	39.924	-	39.924
- Moeda estrangeira	39.012.731	21.003	-	21.003
- Outros	25.667.237	140.162	-	140.162
Compromissos de venda:	168.759.775	(156.527)	-	(156.527)
- Mercado interfinanceiro (1)	125.986.487	(86.061)	-	(86.061)
- Moeda estrangeira (2)	33.685.367	(50.221)	-	(50.221)
- Outros	9.087.921	(20.245)	-	(20.245)
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	710.470.773	1.527.788	203.860	1.731.648
- Mercado interfinanceiro	636.486.402	120.820	-	120.820
- Moeda estrangeira	9.804.114	877.747	189.842	1.067.589
- Outros	64.180.257	529.221	14.018	543.239
Compromissos de venda:	717.903.997	(2.058.175)	117.681	(1.940.494)
- Mercado interfinanceiro	640.768.816	(123.548)	-	(123.548)
- Moeda estrangeira	13.129.225	(600.288)	(68.864)	(669.152)
- Outros	64.005.956	(1.334.339)	186.545	(1.147.794)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	72.142.078	11.510.545	(20.242)	11.490.303
- Moeda estrangeira	62.229.607	2.474.524	-	2.474.524
- Outros	9.912.471	9.036.021	(20.242)	9.015.779
Compromissos de venda:	56.003.891	(12.032.718)	(291)	(12.033.009)
- Moeda estrangeira (2)	49.535.630	(3.600.324)	-	(3.600.324)
- Outros	6.468.261	(8.432.394)	(291)	(8.432.685)
Contratos de Câmbio				
Compromissos de compra:	29.428.916	(509.172)	-	(509.172)
- Moeda estrangeira	29.428.916	(509.172)	-	(509.172)
Compromissos de venda:	9.752.795	(3.032)	-	(3.032)
- Moeda estrangeira	9.752.795	(3.032)	-	(3.032)
Contratos de swap				
Posição ativa:	1.077.837.551	6.074.425	3.303.307	9.377.732
- Mercado interfinanceiro	209.147.880	2.395.733	2.940.747	5.336.480
- Prefixados	233.519.441	1.988.459	(1.442.115)	546.344

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
- Moeda estrangeira	624.662.741	917.614	1.343.927	2.261.541
- IGP-M	31.881	36.770	(3.896)	32.874
- Outros	10.475.608	735.849	464.644	1.200.493
Posição passiva:	694.265.140	(7.327.039)	351.154	(6.975.885)
- Mercado interfinanceiro	30.341.303	(1.470.909)	(257.389)	(1.728.298)
- Prefixados	526.548.524	(1.177.153)	7.373	(1.169.780)
- Moeda estrangeira	123.132.303	(2.683.252)	(55.594)	(2.738.846)
- IGP-M	103.000	(145.278)	18.230	(127.048)
- Outros	14.140.010	(1.850.447)	638.534	(1.211.913)
Total	3.686.852.256	(2.772.816)	3.955.469	1.182.653

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 71.947.890 mil; e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 6.034.612 mil (Nota 7f II), e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 37.473.076 mil.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

	R\$ mil						
	Em 30 de setembro de 2025						
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo
Ajuste a receber – <i>swap</i>	491.890	579.769	497.830	7.808.243	9.377.732	6.074.425	3.303.307
Ajuste a receber - futuro	33.639	3.305	124.506	48.225	209.675	209.675	-
Compras a termo a receber	2.171.061	964.996	1.094.107	7.270.129	11.500.293	11.520.535	(20.242)
Vendas a termo a receber (1)	11.788	1.744	1.023	3.566	18.121	18.121	-
Compras de moedas estrangeira a receber	5.654	7.607	3.376	107	16.744	16.744	-
Vendas de moedas estrangeira a receber	2.326	26	2	-	2.354	2.354	-
Prêmios de opções a exercer	614.030	835.787	97.046	184.785	1.731.648	1.527.788	203.860
Total do ativo (A)	3.330.388	2.393.234	1.817.890	15.315.055	22.856.567	19.369.642	3.486.925
Ajuste a pagar - <i>swap</i>	(301.687)	(864.572)	(725.845)	(5.083.781)	(6.975.885)	(7.327.039)	351.154
Ajuste a pagar - futuro	(34.667)	(1.206)	(15.158)	(114.082)	(165.113)	(165.113)	-
Compras a termo a pagar	(5.878)	(1.465)	(710)	(1.937)	(9.990)	(9.990)	-
Vendas a termo a pagar	(2.405.589)	(1.073.297)	(1.379.789)	(7.192.455)	(12.051.130)	(12.050.839)	(291)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(337.332)	(148.131)	(40.453)	-	(525.916)	(525.916)	-
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(3.665)	(1.055)	(666)	-	(5.386)	(5.386)	-
Prêmios de opções lançadas	(601.158)	(263.602)	(199.156)	(876.578)	(1.940.494)	(2.058.175)	117.681
Total do passivo (B)	(3.689.976)	(2.353.328)	(2.361.777)	(13.268.833)	(21.673.914)	(22.142.458)	468.544
Efeito Líquido (A-B)	(359.588)	39.906	(543.887)	2.046.222	1.182.653	(2.772.816)	3.955.469

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap – (Valor de Referência)

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros (1)	64.255.904	27.307.204	42.022.560	185.461.447	319.047.115
Contratos de opções	416.761.222	319.365.536	637.906.510	54.341.502	1.428.374.770
Contratos a termo (1)	63.704.275	23.909.742	22.006.474	18.525.478	128.145.969
Contratos de câmbio	26.871.285	5.902.511	6.271.201	136.714	39.181.711
Contratos de swap	293.465.999	194.624.506	470.170.377	813.841.809	1.772.102.691
Total em 30 de setembro de 2025	865.058.685	571.109.499	1.178.377.122	1.072.306.950	3.686.852.256

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	2.837.612
Letras do tesouro nacional	5.771.422
Total	8.609.034

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Contratos futuros (1)	4.945.207
Contratos de opções	(133.840)
Contratos a termo (1)	(3.407.443)
Contratos de câmbio	1.359.146
Contratos de swap	355.859
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	(618.389)
Total (Nota 7f III)	2.500.540

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
B3 (bolsa)	1.700.717.055
B3 (balcão)	311.291.295
- Instituições financeiras	53.148.197
- Empresas	256.456.019
- Pessoas físicas	1.687.079
Exterior (bolsa) (1)	31.334.961
Exterior (balcão) (1)	1.643.508.945
Total	3.686.852.256

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.623.157
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.151.716
- Títulos públicos brasileiros	471.441
Risco transferido de Swaps de créditos:	(132.965)
- Derivativos de títulos de empresas	(132.965)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2031. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) Hedge contábil

Em 30 de setembro de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

	R\$ mil			
Estratégia	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge valor contábil	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	6.034.612	6.127.505	(58.096)	(31.953)
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	71.947.890	72.616.541	(177.098)	(97.619)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, Swaps e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2032, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (421.831) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 30 de setembro de 2025.

Hedge de valor justo – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, classificado em VJORA – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do *hedge*. A

parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor mercado	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a valor justo registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a valor justo registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de Letra Financeira (1)	52.790	52.824	1.066	586
Total em 30 de setembro de 2025	52.790	52.824	1.066	586

(1) Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, utilizando-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2032. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, que esperamos reconhecer em contas de patrimônio líquido, equivalem ao montante de R\$ (10) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, no acumulado em 30 de setembro de 2025.

Hedge de investimentos no exterior – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos Fluxos de caixa futuros (1)	5.475.858	4.959.841	(960.812)	(503.874)
Total em 30 de setembro de 2025	5.475.858	4.959.841	(960.812)	(503.874)

(1) Cuja moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ 6.858 mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no acumulado em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 3.317 mil.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	34.964.064
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	(524.756)
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	222.905
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(188.918)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	25.784.759
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	60.258.054
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (1)	4.432.925
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (7e)	2.500.540
Total	67.191.519

(1) No acumulado em 30 de setembro de 2025, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ 50.000.581 mil e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ (45.567.656) mil.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos	R\$ mil							
	Em 30 de setembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	2.237.374	9.346.944	12.437.806	38.351.844	117.096	62.491.064	62.766.244	(275.180)
Letras do tesouro nacional	-	828.987	8.895.778	6.054.152	-	15.778.917	15.878.902	(99.985)
Letras financeiras do tesouro	-	3.516.764	562.868	19.091.838	-	23.171.470	23.156.659	14.811
Títulos de governos estrangeiros	2.025.041	4.531.836	1.098.520	318.629	-	7.974.026	7.964.203	9.823
Notas do tesouro nacional	-	-	1.155.804	6.649.861	-	7.805.665	8.111.487	(305.822)
Outros	212.333	469.357	724.836	6.237.364	117.096	7.760.986	7.654.993	105.993
- Grupo Segurador	71.357	70.589	3.056.553	26.762.346	4.728.966	34.689.811	40.244.471	(5.554.660)
• Seguradoras e Capitalização	71.357	5.500	2.389.743	8.748.610	2.738.990	13.954.200	17.367.439	(3.413.239)
- Notas do tesouro nacional	-	-	2.361.579	8.284.673	-	10.646.252	12.656.198	(2.009.946)
- Ações	-	-	-	-	2.737.773	2.737.773	4.136.373	(1.398.600)
- Outros	71.357	5.500	28.164	463.937	1.217	570.175	574.868	(4.693)
• Previdência	-	65.089	666.810	18.013.736	1.989.976	20.735.611	22.877.032	(2.141.421)
- Notas do tesouro nacional	-	-	666.810	17.444.796	-	18.111.606	20.492.461	(2.380.855)
- Ações	-	-	-	-	1.989.976	1.989.976	1.799.211	190.765
- Outros	-	65.089	-	568.940	-	634.029	585.360	48.669
- Outras atividades	-	-	-	-	402	402	158	244
Outros	-	-	-	-	402	402	158	244
Total geral	2.308.731	9.417.533	15.494.359	65.114.190	4.846.464	97.181.277	103.010.873	(5.829.596)

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R\$ 222.905 mil.

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	5.936.249	(1.207.515)	4.728.734
Total em 30 de setembro de 2025	5.936.249	(1.207.515)	4.728.734

Em virtude da alienação de instrumentos patrimoniais designados ao VJORA no reconhecimento inicial, no período foi transferido dentro do patrimônio líquido o montante de R\$ (631.804) mil. Na data da baixa o valor justo destes instrumentos patrimoniais era de R\$ 2.504.010 mil.

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1º de janeiro de 2025	13.022	1.565	-	14.587
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(6.349)	(1.565)	-	(7.914)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de setembro de 2025	6.673	-	-	6.673

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

Títulos	R\$ mil						
	Em 30 de setembro de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas (1)
- Financeiras	3.754.091	22.059.104	25.207.054	179.359.899	230.380.148	224.320.559	(6.059.589)
Debêntures	2.810.042	729.791	2.902.104	44.182.187	50.624.124	48.144.359	(2.479.765)
Notas do tesouro nacional	-	-	7.236.683	51.819.949	59.056.632	55.534.119	(3.522.513)
Letras do tesouro nacional	-	15.786.205	3.848.420	26.095.203	45.729.828	45.130.472	(599.356)
Cédula do Produto Rural	670.976	2.884.920	4.462.058	25.971.815	33.989.769	34.258.756	268.987
Notas promissórias	270.037	2.319.554	2.625.239	16.398.899	21.613.729	22.139.082	525.353
Outros	3.036	338.634	4.132.550	14.891.846	19.366.066	19.113.771	(252.295)
- Grupo Segurador	-	-	1.438.094	51.063.481	52.501.575	48.242.325	(4.259.250)
• Seguradoras e Capitalização	-	-	129.375	12.487.525	12.616.900	10.722.942	(1.893.958)
- Notas do tesouro nacional	-	-	129.375	12.487.525	12.616.900	10.722.942	(1.893.958)
• Previdência	-	-	1.308.719	38.575.956	39.884.675	37.519.383	(2.365.292)
- Notas do tesouro nacional	-	-	1.308.719	38.575.956	39.884.675	37.519.383	(2.365.292)
Total geral	3.754.091	22.059.104	26.645.148	230.423.380	282.881.723	272.562.884	(10.318.839)

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

I) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	711.909	50.705	5.408.826	6.171.440
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.673)	(6.698)	(8.371)
Transferidos para o Estágio 2	(105.185)	-	(64.304)	(169.489)
Transferidos para o Estágio 3	(8.196)	(9.535)	-	(17.731)
Oriundos do Estágio 1	-	105.185	8.196	113.381
Oriundos do Estágio 2	1.673	-	9.535	11.208
Oriundos do Estágio 3	6.698	64.304	-	71.002
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	40.191	470.582	(729.142)	(218.369)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de setembro de 2025	647.090	679.568	4.626.413	5.953.071

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em Operações Compromissadas:					
Posição bancada	36.902.064	3.617.084	71.007	-	40.590.155
• Notas do tesouro nacional	9.307.821	524.743	-	-	9.832.564
• Letras do tesouro nacional	8.199.630	2.444.109	-	-	10.643.739
• Letras financeiras do tesouro	17.090.474	302.750	-	-	17.393.224
• Outros	2.304.139	345.482	71.007	-	2.720.628
Posição financiada	111.976.893	40.639.807	15.831	-	152.632.531
• Notas do tesouro nacional	17.123.654	23.862.535	-	-	40.986.189
• Letras do tesouro nacional	56.510.138	6.447.811	-	-	62.957.949
• Letras financeiras do tesouro	38.254.693	10.221.196	-	-	48.475.889
• Outros	88.408	108.265	15.831	-	212.504
Posição vendida	13.862.562	12.788.819	-	-	26.651.381
• Letras financeiras do tesouro	13.862.562	12.788.819	-	-	26.651.381
Subtotal	162.741.519	57.045.710	86.838	-	219.874.067
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.300.688	3.786.231	7.392.753	1.488.184	15.967.856
Subtotal	3.300.688	3.786.231	7.392.753	1.488.184	15.967.856
Aplicações em moedas estrangeiras:					
• Aviso Prévio	52.413	-	-	-	52.413
• Prazo Fixo	1.245.526	-	-	-	1.245.526
Subtotal	1.297.939	-	-	-	1.297.939
Em 30 de setembro de 2025	167.340.146	60.831.941	7.479.591	1.488.184	237.139.862
%	70,5	25,7	3,2	0,6	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
• Posição bancada	7.066.752
• Posição financiada	13.846.037
• Posição vendida	1.890.836
Subtotal	22.803.625
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	2.981.134
Total (Nota 7f III)	25.784.759

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Créditos vinculados e outros depósitos**

	R\$ mil	
	Remuneração	Em 30 de setembro de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	8.980.470
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	24.711.301
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	75.016.733
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	11.000.000
Total		119.708.504

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de setembro	
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)		8.675.784
Créditos vinculados ao SFH (1)		28.152
Total		8.703.936

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Operações de crédito por tipo de produto**

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	326.589.240
- Financiamentos e repasses	133.395.272
- Financiamento à exportação	38.483.046
- Financiamento imobiliário	32.858.713
- Repasses BNDES/Finame	20.853.691
- Financiamento de veículos	22.562.362
- Importação	11.592.513
- Leasing	7.044.947
- Empréstimos	176.344.264
- Capital de giro	129.026.552
- Crédito rural (b)	13.027.783
- Outros	34.289.929
- Operações com limites (1)	16.849.704
Pessoa Física	428.710.650
- Financiamentos e repasses	157.806.736
- Financiamento imobiliário	111.912.682
- Financiamento de veículos	38.783.362
- Repasses BNDES/Finame	6.607.103
- Outros	503.589
- Empréstimos	186.645.934
- Crédito pessoal	163.578.376
- Crédito rural (b)	16.665.983
- Outros	6.401.575
- Operações com limites (1)	84.257.980
Total da carteira	755.299.890
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	(48.870.655)
Total de operações de crédito, líquido (2)	706.429.235

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e

(2) Composto por Operações de crédito - R\$ 599.151.255 mil, Operações de arrendamento mercantil - R\$ 7.188.880 mil e Outros ativos financeiros - R\$ 100.089.100 mil, líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2025/2026, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R\$ 40.669.971 mil, correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (60%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR - Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de setembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	282.633.333	(4.315.591)	(2.871.196)	756.853	328.291	16.472.021	293.003.711
- Financiamentos	125.114.755	(1.379.309)	(640.207)	200.150	85.178	2.426.286	125.806.853
- Empréstimos	145.133.328	(2.629.455)	(2.119.658)	494.321	222.448	11.768.655	152.869.639
- Rotativos	12.385.250	(306.827)	(111.331)	62.382	20.665	2.277.080	14.327.219
Pessoa Física	347.118.718	(8.297.508)	(5.120.965)	3.144.781	2.105.132	31.540.235	370.490.393
- Financiamentos	132.000.317	(3.843.851)	(1.641.379)	1.283.303	285.581	15.026.050	143.110.021
- Empréstimos	149.534.315	(2.914.303)	(3.261.904)	1.331.701	1.277.343	13.030.033	158.997.185
- Rotativos	65.584.086	(1.539.354)	(217.682)	529.777	542.208	3.484.152	68.383.187
Total	629.752.051	(12.613.099)	(7.992.161)	3.901.634	2.433.423	48.012.256	663.494.104

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 932.910 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(756.853)	(1.075.172)	4.315.591	787.688	32.703	10.250.340
- Financiamentos	1.861.943	(200.150)	(242.097)	1.379.309	15.008	(450.017)	2.363.996
- Empréstimos	4.363.092	(494.321)	(727.774)	2.629.455	753.921	417.208	6.941.581
- Rotativos	721.348	(62.382)	(105.301)	306.827	18.759	65.512	944.763
Pessoa Física	21.911.700	(3.144.781)	(3.338.795)	8.297.508	1.414.657	(428.426)	24.711.863
- Financiamentos	8.443.456	(1.283.303)	(1.067.829)	3.843.851	180.438	(990.148)	9.126.465
- Empréstimos	9.169.428	(1.331.701)	(1.444.005)	2.914.303	1.111.815	221.754	10.641.594
- Rotativos	4.298.816	(529.777)	(826.961)	1.539.354	122.404	339.968	4.943.804
Total	28.858.083	(3.901.634)	(4.413.967)	12.613.099	2.202.345	(395.723)	34.962.203

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados	(Write off)	Saldo em 30 de setembro de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	26.373.476	(328.291)	(787.688)	2.871.196	1.075.172	2.651.013	(8.519.689)	23.335.189
- Financiamentos	5.494.788	(85.178)	(15.008)	640.207	242.097	(696.768)	(355.715)	5.224.423
- Empréstimos	19.479.034	(222.448)	(753.921)	2.119.658	727.774	2.311.012	(7.128.065)	16.533.044
- Rotativos	1.399.654	(20.665)	(18.759)	111.331	105.301	1.036.769	(1.035.909)	1.577.722
Pessoa Física	34.274.975	(2.105.132)	(1.414.657)	5.120.965	3.338.795	11.829.571	(17.536.123)	33.508.394
- Financiamentos	4.432.803	(285.581)	(180.438)	1.641.379	1.067.829	(516.163)	(589.579)	5.570.250
- Empréstimos	18.622.180	(1.277.343)	(1.111.815)	3.261.904	1.444.005	6.130.557	(10.062.333)	17.007.155
- Rotativos	11.219.992	(542.208)	(122.404)	217.682	826.961	6.215.177	(6.884.211)	10.930.989
Total	60.648.451	(2.433.423)	(2.202.345)	7.992.161	4.413.967	14.480.584	(26.055.812)	56.843.583

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R\$ 22.558.189 mil foram decorrentes de operações reestruturadas; e

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos da mesma contraparte caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados / Liquidados	(Write off) (1)	Saldo em 30 de setembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	315.953.192	19.155.737	(8.519.689)	326.589.240
- Financiamentos	132.471.486	1.279.501	(355.715)	133.395.272
- Empréstimos	168.975.454	14.496.875	(7.128.065)	176.344.264
- Rotativos	14.506.252	3.379.361	(1.035.909)	16.849.704
Pessoa Física	403.305.393	42.941.380	(17.536.123)	428.710.650
- Financiamentos	144.876.576	13.519.739	(589.579)	157.806.736
- Empréstimos	177.325.923	19.382.344	(10.062.333)	186.645.934
- Rotativos	81.102.894	10.039.297	(6.884.211)	84.257.980
Total	719.258.585	62.097.117	(26.055.812)	755.299.890

(1) Do total das operações, R\$ 663.494.104 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 59% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	3.594.618	(142.307)	(112.526)	66.836	171.188	(317.443)	3.260.366
- Financiamentos	1.001.834	(30.391)	(13.410)	14.582	41.971	(60.508)	954.078
- Empréstimos	2.273.738	(101.890)	(93.351)	50.130	122.053	(313.675)	1.937.005
- Rotativos	319.046	(10.026)	(5.765)	2.124	7.164	56.740	369.283
Pessoa Física	6.157.999	(235.506)	(262.867)	304.258	1.033.375	(612.073)	6.385.186
- Financiamentos	437.710	(33.998)	(26.369)	44.637	71.177	(32.429)	460.728
- Empréstimos	3.845.053	(150.442)	(227.052)	233.975	730.911	(428.786)	4.003.659
- Rotativos	1.875.236	(51.066)	(9.446)	25.646	231.287	(150.858)	1.920.799
Total	9.752.617	(377.813)	(375.393)	371.094	1.204.563	(929.516)	9.645.552

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	988.363	(66.836)	(195.862)	142.307	469.174	(98.289)	1.238.857
- Financiamentos	238.312	(14.582)	(48.293)	30.391	7.498	55.389	268.715
- Empréstimos	619.065	(50.130)	(123.713)	101.890	455.313	(216.421)	786.004
- Rotativos	130.986	(2.124)	(23.856)	10.026	6.363	62.743	184.138
Pessoa Física	3.236.267	(304.258)	(857.502)	235.506	777.743	650.354	3.738.110
- Financiamentos	414.750	(44.637)	(127.297)	33.998	50.482	93.871	421.167
- Empréstimos	2.158.363	(233.975)	(487.545)	150.442	677.453	228.749	2.493.487
- Rotativos	663.154	(25.646)	(242.660)	51.066	49.808	327.734	823.456
Total	4.224.630	(371.094)	(1.053.364)	377.813	1.246.917	552.065	4.976.967

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write off)	Saldo em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	15.090.689	(171.188)	(469.174)	112.526	195.862	6.573.298	(8.519.689)	12.812.324
- Financiamentos	2.180.059	(41.971)	(7.498)	13.410	48.293	366.650	(355.715)	2.203.228
- Empréstimos	12.049.650	(122.053)	(455.313)	93.351	123.713	5.035.443	(7.128.065)	9.596.726
- Rotativos	860.980	(7.164)	(6.363)	5.765	23.856	1.171.205	(1.035.909)	1.012.370
Pessoa Física	21.391.524	(1.033.375)	(777.743)	262.867	857.502	18.271.160	(17.536.123)	21.435.812
- Financiamentos	1.790.547	(71.177)	(50.482)	26.369	127.297	1.263.036	(589.579)	2.496.011
- Empréstimos	12.686.999	(730.911)	(677.453)	227.052	487.545	9.966.872	(10.062.333)	11.897.771
- Rotativos	6.913.978	(231.287)	(49.808)	9.446	242.660	7.041.252	(6.884.211)	7.042.030
Total	36.482.213	(1.204.563)	(1.246.917)	375.393	1.053.364	24.844.458	(26.055.812)	34.248.136

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de setembro de 2025
Pessoa Jurídica	19.673.670	6.157.566	(8.519.689)	17.311.547
- Financiamentos	3.420.205	361.531	(355.715)	3.426.021
- Empréstimos	14.942.453	4.505.347	(7.128.065)	12.319.735
- Rotativos	1.311.012	1.290.688	(1.035.909)	1.565.791
Pessoa Física	30.785.790	18.309.441	(17.536.123)	31.559.108
- Financiamentos	2.643.007	1.324.478	(589.579)	3.377.906
- Empréstimos	18.690.415	9.766.835	(10.062.333)	18.394.917
- Rotativos	9.452.368	7.218.128	(6.884.211)	9.786.285
Total	50.459.460	24.467.007	(26.055.812)	48.870.655

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de “Operações de crédito com perda esperada associada ao risco de crédito”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	34.755.068
Reestruturação (1)	13.629.742
Recebimento/Outros (2)	(10.411.837)
Baixas	(9.668.308)
Saldo final em 30 de setembro de 2025	28.304.665
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(15.399.367)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	12.905.298
Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	54,4%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	3,7%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	4,0%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Constituição	26.036.232
Recuperações	(4.143.299)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	21.892.933

(1) No acumulado em 30 de setembro de 2025, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 606.063 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 86.457 mil e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 2.662 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 76 mil, sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*):

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	356.524.267
Beneficiários e garantias prestadas (2)	118.237.870
Créditos abertos para importação	553.099
Total	475.315.236

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**a) Diversos**

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	63.471.032
Títulos e créditos a receber	25.462.527
Devedores por depósitos em garantia	22.748.977
Adiantamentos de contrato de câmbio	14.731.296
Rendas a receber	5.435.833
Valores específicos	8.103.847
Negociação e intermediação de valores	4.164.802
Outros	3.169.147
Total	147.287.461

14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (joint venture)**

Empresas	R\$ mil										
	Em 30 de setembro de 2025										
	Localização da Sede	Participação Total	Participação com Direito a Voto	Valor Contábil do Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da Equivalência Patrimonial - Acumulado (1)	Outros Resultados Abrangentes do período	Resultado Abrangente Total
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	112.156	6.041.162	2.304.675	5.415.692	2.369.366	16.785	1.188	17.973
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	249.262	1.026.577	2.521.222	965.296	1.591.490	7.985	-	7.985
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	528.401	3.378.095	2.061.230	3.413.831	940.781	15.930	(7.368)	8.562
Elo Participações Ltda. (3)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	947.946	911.578	5.924.196	561.970	4.378.292	665.282	(71.681)	593.601
Outras (4)				10.880.878					629.742		
Total Geral em 30 de setembro de 2025				12.718.643					1.335.724		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(4) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 30 de setembro de 2025, a Organização recebeu R\$ 123.957 mil de dividendos referente à Empresa Cielo S.A..

15) IMOBILIZADO DE USO**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	R\$ mil				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação
Edificações	4%	1.407.661	(1.042.722)	(238)	364.701
Terrenos	-	703.684	-	-	703.684
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.205.025	(3.375.384)	(948)	1.828.693
Direitos de Uso (1)	-	3.346.780	(944.819)		2.401.961
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	386.876	(259.740)	(2.581)	124.555
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.115.100	(4.568.890)	(7.479)	2.538.731
Sistemas de transportes	10% a 20%	313.463	(129.904)	-	183.559
Imobilizações em curso	-	107.999	(179)	-	107.820
Saldos em 30 de setembro de 2025 (1)		18.586.588	(10.321.638)	(11.246)	8.253.704

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	330.752	713.838	2.079.067	119.670	3.432.633	207.142	547.277	7.430.379
Adições / Reduções	69.769	(10.154)	128.224	26.241	(365.940)	1.211	2.882.112	2.731.463
Depreciação	(35.820)	-	(378.598)	(21.356)	(527.962)	(24.794)	(919.608)	(1.908.138)
Saldos em 30 de setembro de 2025	364.701	703.684	1.828.693	124.555	2.538.731	183.559	2.509.781	8.253.704

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e

(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do “conglomerado prudencial” foi de 26,6%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

16) INTANGÍVEL**a) Ágios**

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R\$ 4.668.158 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R\$ 2.525.864 mil representado pela

aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas em Investimentos (Cielo/Fleury/Swiss/Grupo Santa/Outros); e (ii) R\$ 2.142.294 mil representado pela aquisição de ações de empresas controladas, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, registrado em Ativos Intangíveis.

Foram amortizados ágios no período findo em 30 de setembro de 2025 no montante de R\$ 259.515 mil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de amortização
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	9.757.399	(4.696.381)	(74.698)	4.986.320
Software	Até 10%	26.465.701	(15.463.479)	(6.191)	10.996.031
Ágio (2)	Até 20%	14.343.543	(11.872.181)	(329.068)	2.142.294
Outros	Contrato	2.402.979	(1.303.359)	-	1.099.620
Total em 30 de setembro de 2025		52.969.622	(33.335.400)	(409.957)	19.224.265

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Direitos para prestação de serviços financeiros e Ágio em "Outras Despesas Operacionais"; e

(2) Em 30 de setembro de 2025, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradesco Bank – R\$ 717.266 mil, Odonto System – R\$ 5.599 mil, Bradescard México – R\$ 6.398 mil, Kirton Bank – R\$ 390.250 mil, RCB Investimentos – R\$ 474.795 mil, Banco Dígito – R\$ 77.175 mil e Tivio Capital – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – R\$ 104.589 mil.

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de setembro de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.553.483	828.408	(1.395.571)	4.986.320
Software	10.287.797	2.788.985	(2.080.751)	10.996.031
Ágio – Rentabilidade futura	660.471	483.052	(182.087)	961.436
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	903.626	-	(72.907)	830.719
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	354.660	-	(4.521)	350.139
Outros	1.230.115	55.421	(185.916)	1.099.620
Total	18.990.152	4.155.866	(3.921.753)	19.224.265

17) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	1.331.065
Devedores diversos	4.038.177
Despesas antecipadas	4.693.357
Outros Valores e Bens	81.913
Outros (1)	5.972.836
Total	16.117.348

(1) Inclui, basicamente, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir, propriedade para investimento, no montante de R\$ 1.391.548 mil e R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	R\$ mil		
	Em 30 de setembro de 2025		
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão
Imóveis	2.265.148	(1.183.037)	1.082.111
Veículos e afins	882.537	(375.832)	506.705
Máquinas e equipamentos	4.395	(2.919)	1.476
Total em 30 de setembro de 2025	3.152.080	(1.561.788)	1.590.292

b) Despesas antecipadas

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	3.009.346
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	4.992
Despesas de propaganda e publicidade (3)	166.649
Outras (4)	1.512.370
Total	4.693.357

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;

(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(4) Inclui, basicamente: (i) despesa de infraestrutura de TI; e (ii) despesas pela emissão de cartões.

18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.266.660	-	-	-	1.266.660
Depósitos interfinanceiros	2.746.232	361.393	1.693.788	397.298	5.198.711
Captações no mercado aberto (a)	297.774.361	14.704.894	-	791.757	313.271.012
Obrigações por empréstimos (b)	7.925.682	18.251.482	11.239.456	2.393.220	39.809.840
Obrigações por repasses (c)	1.027.962	4.168.373	5.741.564	17.171.169	28.109.068
Total geral em 30 de setembro de 2025	310.740.897	37.486.142	18.674.808	20.753.444	387.655.291
%	80,2	9,7	4,8	5,3	100,0

a) Captações no mercado aberto

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria	128.895.894	1.652.678	-	791.757	131.340.329
• Títulos públicos	119.671.168	1.652.678	-	-	121.323.846
• Exterior	9.224.726	-	-	791.757	10.016.483
Carteira de terceiros (1)	152.491.129	291.058	-	-	152.782.187
Carteira livre movimentação (1)	16.387.338	12.761.158	-	-	29.148.496
Total geral em 30 de setembro de 2025	297.774.361	14.704.894	-	791.757	313.271.012
%	95,0	4,7	-	0,3	100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	7.925.682	18.251.482	11.239.456	2.393.220	39.809.840
Total geral em 30 de setembro de 2025	7.925.682	18.251.482	11.239.456	2.393.220	39.809.840
%	19,9	45,9	28,2	6,0	100,0

c) Obrigações por repasses ⁽¹⁾

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	1.027.962	4.168.373	5.741.564	17.171.169	28.109.068
- FINAME	639.116	2.710.767	3.366.131	12.137.592	18.853.606
- BNDES	255.180	1.457.606	1.704.359	4.912.054	8.329.199
- Tesouro nacional	-	-	671.074	-	671.074
- Outras instituições	133.666	-	-	121.523	255.189
Total geral em 30 de setembro de 2025	1.027.962	4.168.373	5.741.564	17.171.169	28.109.068
%	3,7	14,8	20,4	61,1	100,0

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Empréstimos:	
- No País	132.135
- No Exterior	933.347
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	1.573.262
Subtotal de empréstimos	2.638.744
Repasses do País:	
- BNDES	479.034
- FINAME	1.632.147
- Tesouro nacional	25.277
- Outras instituições	7.702
Repasses do Exterior:	
- Obrigações com banqueiros no exterior	557.099
Subtotal de repasses	2.701.259
Total	5.340.003

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Depósitos de poupança	6.760.604
Depósitos a prazo	33.791.939
Captações no mercado aberto	27.892.159
Recursos de emissão de títulos (Nota 20a)	22.369.959
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	6.334.898
Outras despesas de captação	325.200
Total	97.474.759

19) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - clientes (1)	32.233.449	-	-	-	32.233.449
Depósitos de poupança (1)	123.974.260	-	-	-	123.974.260
Depósitos à prazo (2)	41.099.620	51.559.858	90.200.904	321.561.330	504.421.712
Total em 30 de setembro de 2025	197.307.329	51.559.858	90.200.904	321.561.330	660.629.421
%	29,8	7,8	13,7	48,7	100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e valores mobiliários – País:					
- Letras de crédito imobiliário	6.966.577	20.165.771	5.723.295	35.388.944	68.244.587
- Letras de crédito do agronegócio	2.454.111	16.444.126	3.403.406	29.696.146	51.997.789
- Letras financeiras	3.056.387	21.507.243	26.526.217	82.960.267	134.050.114
- Letras imobiliárias garantidas (1)	1.164.912	3.764.483	1.782.468	20.307.752	27.019.615
Subtotal	13.641.987	61.881.623	37.435.386	168.353.109	281.312.105
Títulos e valores mobiliários – Exterior:					
- MTN Program Issues (2)	1.146.856	165.778	2.746	9.236.014	10.551.394
Subtotal	1.146.856	165.778	2.746	9.236.014	10.551.394
Certificados de operações estruturadas	97.094	317.490	327.943	4.725.199	5.467.726
Total geral em 30 de setembro de 2025	14.885.937	62.364.891	37.766.075	182.314.322	297.331.225
%	5,0	21,0	12,7	61,3	100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 30.773.894 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo:

Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 222 e 241 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 35 e 27 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,77% do total de ativos e 37,07% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	257.977.344
Emissões	106.148.486
Juros	22.369.959
Liquidação e pagamentos de juros	(91.961.645)
Variação cambial	2.797.081
Saldo final em 30 de setembro de 2025	297.331.225

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Vencimento	R\$ mil		
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de setembro de 2025
No País			
Letras Financeiras:			
2027	7	401.060	716.678
2026	8	694.800	1.328.712
2028	8	55.437	99.295
2030	8	2.368.200	3.769.228
2027	9	89.700	181.231
2025	10	178.937	720.500
2026	10	196.196	634.361
2027	10	256.243	572.035
2028	10	248.300	552.442
2030	10	124.500	208.624
2031	10	7.270.000	12.712.091
2032	10	5.378.500	8.529.849
2033	10	531.000	683.803
2026	11	2.500	4.401
2027	11	47.046	114.498
2028	11	74.764	172.557
Perpétua		19.153.355	20.962.120
Total geral (1) (2)			51.962.425

(1) Inclui o montante de R\$ 47.612.378 mil, referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 18e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	57.458.927
Emissões	5.555.700
Juros	6.334.898
Liquidação e pagamentos de juros	(17.387.100)
Saldo final em 30 de setembro de 2025	51.962.425

22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	45.622.069
Negociação e intermediação de valores	9.264.687
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.452.318
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.399.854
Total	61.738.928

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	3.014.544
Remensuração e novos contratos	1.316.741
Pagamentos	(1.135.546)
Apropriação de encargos financeiros	256.579
Saldo final em 30 de setembro de 2025	3.452.318

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de setembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 722.692 mil até 1 ano, R\$ 1.726.873 mil entre 1 a 5 anos e R\$ 510.409 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 30 de setembro de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 919.608 mil e Despesas financeiras – R\$ 256.579 mil.

23) PROVISÕES**a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização****I) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Seguros (1)	Vida e Previdência (2)	Capitalização	Total
Passivo circulante e exigível a longo prazo				
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.260.368	369.648.388	-	370.908.756
Provisão matemática de benefícios concedidos	492.974	12.667.987	-	13.160.961
Provisão matemática para capitalização	-	-	8.446.526	8.446.526
Provisão de IBNR	8.132.230	949.373	-	9.081.603
Provisão de prêmios não ganhos	7.753.753	3.041.764	-	10.795.517
Provisão de sinistros a liquidar	7.933.671	1.458.698	-	9.392.369
Provisão de excedente financeiro	-	629.497	-	629.497
Provisão para sorteios e resgates	-	-	1.598.911	1.598.911
Outras provisões	4.886.896	6.241.612	101.663	11.230.171
Total das provisões técnicas	30.459.892	394.637.319	10.147.100	435.244.311

II) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Seguros	Vida e Previdência	Capitalização	Total
Total das provisões técnicas	30.459.892	394.637.319	10.147.100	435.244.311
(-) Provisão matemática de benefícios a conceder (PGBL e VGBL) (4)	-	(336.754.035)	-	(336.754.035)
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(314.707)	-	-	(314.707)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(24.931)	(13.623)	-	(38.554)
(-) Direitos creditórios	(2.980.494)	-	-	(2.980.494)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – seguro saúde e odontológico (3)	(2.679.728)	-	-	(2.679.728)
(-) Outras deduções - Seguro saúde e odontológico (3)	(5.005.840)	-	-	(5.005.840)
Total a ser coberto	19.454.192	57.869.661	10.147.100	87.470.953
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	8.402.226	22.892.940	6.107.611	37.402.777
Títulos públicos	14.620.716	33.875.619	4.373.294	52.869.629
Ações	-	1.015.573	-	1.015.573
Títulos privados	230.495	561.609	-	792.104
Total das garantias das provisões técnicas	23.253.437	58.345.741	10.480.905	92.080.083

(1) A linha de “Outras provisões” de Seguros inclui, substancialmente, a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 4.755.854 mil e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$ 104.133 mil;

(2) A linha de “Outras provisões” de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a “Provisão de resgates e outros valores a regularizar” no montante de R\$ 4.657.290 mil, “Provisão de despesas relacionadas” de R\$ 260.492 mil;

(3) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) e Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): (i) garantidos por depósito judicial; (ii) relacionados a cobranças do SUS; e (iii) planos da modalidade pós-estabelecido; e

(4) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo das provisões técnicas da vida e previdência, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

III) Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Prêmios emitidos	55.235.614
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	28.019.171
Receitas com títulos de capitalização	5.614.647
Prêmios de cosseguros cedidos	(37.791)
Prêmios restituídos	(19.431)
Prêmios emitidos líquidos de seguros, planos de previdência e capitalização	88.812.210
Prêmios de resseguros	(14.871)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	88.797.339
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(34.462.757)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(4.892.030)
Sinistros retidos	(35.338.882)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(3.551.341)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	10.552.329

b) Outras provisões

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Provisão para contingências (Nota 24)	19.192.734
Outras (1)	15.168.937
Total	34.361.671

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no período findo em 30 de setembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no período findo em 30 de setembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco

entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.412.666 mil: pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- PIS e Cofins – R\$ 918.742 mil: pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 551.481 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.369.034 mil: relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias. No período, houve processos incluídos no Programa de Transação Integral (PTI) criado pela Portaria MF nº 1.384/2024.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	214.345	345.155	405.045	964.545
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	4.338.973	1.163.092	1.486.275	6.988.340
Pagamentos	(2.678.113)	(2.584.996)	(1.394.856)	(6.657.965)
Saldo em 30 de setembro de 2025	4.488.608	6.750.502	7.953.624	19.192.734

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses

processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de setembro de 2025, R\$ 12.347.999 mil para os processos cíveis e R\$ 44.896.372 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 12.950.461 mil: glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.322.569 mil: autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 7.826.882 mil: lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.425.162 mil: relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.939.247 mil: relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.023.824 mil: relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 e 2021 – R\$ 908.615 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas aos anos de 2019 e 2021 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP); e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 199.496 mil: autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

25) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Credores diversos	7.323.041
Sociais e estatutárias	8.448.789
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.116.156
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	4.198.395
Obrigações por cotas de fundos de investimento	3.152.436
Fiscais e previdenciárias	2.393.982
Operações com cartão de crédito	1.375.554
Taxa de administração antecipada	986.383
Obrigações por aquisição de bens e direitos	766.571
Outros (1)	6.356.835
Total	41.118.142

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de setembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)
Total em circulação	10.577.012.028

(1) Em janeiro de 2025 houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). Após essa data, houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Reservas de lucros	
- Reserva legal (1)	15.198.653
- Reserva estatutária (2)	76.568.797
Total	91.767.450

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido

na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 2.300.000 mil, sendo R\$ 0,207112492 por ação ordinária e R\$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de junho de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de setembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.00 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao período findo em 30 de setembro de 2025, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	18.073.509	
(-) Reserva legal	903.675	
Base de cálculo ajustada	17.169.834	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.724.606	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	8.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	611.718	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.595.449)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de setembro de 2025	9.040.875	52,66

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R\$		R\$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago / provisionado	IRRF (15%)	Valor pago / provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,155248	0,170773	1.724.606	(258.691)	1.465.915
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,747406	0,822147	8.300.000	(1.245.000)	7.055.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,055085	0,060593	611.718	(91.758)	519.960
Total acumulado em 30 de setembro de 2025	0,957739	1,053513	10.636.324	(1.595.449)	9.040.875

(1) A serem pagos até 31 de outubro de 2025, 31 de janeiro de 2026 e 30 de abril de 2026.

d) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e

até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de setembro de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 10,73 e R\$ 10,85 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 11,75 e R\$ 11,96 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de setembro de 2025, era de R\$ 15,23 por ação ON e R\$ 17,69 por ação PN.

e) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	8.606.432
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	9.467.077
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.297.597
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.281.867
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,62
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	1,79

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

Em 30 de setembro de 2025, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R\$ 771.287 mil, representada basicamente, pela empresa Odontoprev.

28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Rendas de cartão	7.607.702
Conta corrente	5.024.686
Administração de consórcios	2.308.259
Mercado de capitais/Assessoria financeira	1.441.695
Cobrança	1.026.707
Administração de fundos	1.229.967
Serviços de custódia e corretagens	1.099.455
Operações de crédito	2.043.178
Arrecadações	272.363
Outras	969.187
Total	23.023.199

29) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Proventos	10.358.705
Benefícios	4.044.006
Encargos sociais	3.474.347
Participação dos empregados nos lucros	1.617.302
Treinamentos	75.926
Total	19.570.286

30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Serviços de terceiros	3.827.187
Depreciação e amortização	4.059.768
Processamento de dados	2.044.428
Comunicação	500.664
Manutenção e conservação de bens	979.610
Serviços do sistema financeiro	1.156.062
Propaganda, promoções e publicidade	911.335
Segurança e vigilância	352.928
Transportes	463.430
Água, energia e gás	220.104
Materiais	82.006
Viagens	142.576
Aluguéis	75.141
Outras	1.629.532
Total	16.444.771

31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Contribuição à Cofins	4.269.156
Contribuição ao PIS	730.154
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	786.603
Despesas com IPTU	104.551
Outras	208.106
Total	6.098.570

32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Outras receitas financeiras	2.471.138
Reversão de outras provisões operacionais	1.355.965
Receitas de recuperação de encargos e despesas	693.225
Outras (1)	3.970.792
Total	8.491.120

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Outras despesas financeiras	914.155
Despesas com perdas diversas	569.696
Despesas com descontos concedidos	1.824.900
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	354.526
Amortização - direito para prestação de serviços financeiros	1.395.571
Amortização de ágio (Nota 16a)	259.515
Despesas com comercialização de cartões	3.253.111
Outras (1)	8.132.209
Total	16.703.683

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	77.053
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(290.154)
Outros	34.369
Total	(178.732)

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	16.859.425
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(7.586.741)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Participações em coligadas e de controle compartilhado	601.076
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	2.312.270
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	4.786.346
Outros valores (2)	1.311.861
Imposto de renda e contribuição social do período	1.424.812

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI); e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.548.126)
Impostos diferidos:	
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	9.895.296
Utilização de saldos iniciais de:	
Base negativa de contribuição social	(411.020)
Prejuízo fiscal	(281.660)
Constituição no período sobre:	
Base negativa de contribuição social	232.393
Prejuízo fiscal	537.929
Total dos impostos diferidos	9.972.938
Imposto de renda e contribuição social do período	1.424.812

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de setembro de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.978.932	18.707.631	(10.509.059)	80.177.504
Provisões cíveis	3.427.730	366.560	(882.623)	2.911.667
Provisões fiscais	3.428.498	785.975	(702.345)	3.512.128
Provisões trabalhistas	1.165.970	995.408	(154.530)	2.006.848
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.332	184.883	(219.419)	664.796
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	15.812	64.276	(3.451)	76.637
Ágio amortizado	226.255	13.895	(7.504)	232.646
Outros	6.143.515	3.150.852	(3.188.438)	6.105.929
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	87.086.044	24.269.480	(15.667.369)	95.688.155
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	770.322	(692.680)	18.832.992
Subtotal	105.841.394	25.039.802	(16.360.049)	114.521.147
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	3.354.802	485.212	(909.979)	2.930.035
Total dos créditos tributários	109.196.196	25.525.014	(17.270.028)	117.451.182
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35e)	4.637.595	2.048.383	(557.221)	6.128.757
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	104.558.601	23.476.631	(16.712.807)	111.322.425
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 38a)	68,2%			65,8%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,1%			5,1%

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 30 de setembro de 2025 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	7.468.911	5.917.313	421.579	240.595	14.048.398
2026	9.757.928	7.747.496	137.318	46.383	17.689.125
2027	8.724.425	6.908.989	146.401	45.696	15.825.511
2028	8.963.273	7.033.106	532.245	356.605	16.885.229
2029	7.478.851	5.811.628	996.650	733.014	15.020.143
2030	3.679.350	2.883.130	1.304.015	977.644	8.844.139
2031	2.694.210	2.120.645	1.668.331	1.268.066	7.751.252
2032	2.050.078	1.610.203	1.952.626	1.559.025	7.171.932
2033	1.668.415	1.253.147	2.333.415	1.877.889	7.132.866
2034	1.083.031	834.026	914.544	1.320.951	4.152.552
Total	53.568.472	42.119.683	10.407.124	8.425.868	114.521.147

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 30 de setembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$

101.924.505 mil, sendo: R\$ 86.694.655 mil de diferenças temporárias e R\$ 15.229.850 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de setembro de 2025
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	443.139	483.064	(209.849)	716.354
Superveniência de depreciação	726.203	265.892	-	992.095
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	228.264	(48.321)	2.188.471
Outros	1.003.150	902.927	(293.577)	1.612.500
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	4.181.020	1.880.147	(551.747)	5.509.420
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	456.575	168.236	(5.474)	619.337
Total dos impostos diferidos (Nota 35c)	4.637.595	2.048.383	(557.221)	6.128.757

36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial**

A Administração usa uma variedade de informações para avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera, incluindo as oriundas das demonstrações financeiras consolidadas que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, portanto, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo				
Disponibilidades	16.859.773	152.982	(226.239)	16.786.516
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	857.513.906	8.670.976	57.914.455	924.099.337
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	356.848.366	364.304	(145.204)	357.067.466
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	606.340.135	15.481.492	(1.371.511)	620.450.116
Outros ativos financeiros	147.287.461	(566.538)	(1.349.194)	145.371.729
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.292	52.516	(194.291)	1.448.517
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	12.718.643	(6.767.639)	-	5.951.004
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.253.704	397.567	-	8.651.271
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	19.224.265	5.809.713	-	25.033.978
Impostos a compensar e crédito tributário	130.541.787	2.427.157	-	132.968.944
Outros ativos	16.117.348	2.668.935	(86.082)	18.700.201
Total em 30 de setembro de 2025	2.173.295.680	28.691.465	54.541.934	2.256.529.079

	R\$ mil			
	Balanco Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanco Patrimonial Gerencial
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	387.655.291	10.869.865	44.369.730	442.894.886
Recursos de clientes	660.629.421	101.287	3.036.190	663.766.898
Recursos de emissão de títulos	297.331.225	6.705.510	12.235.609	316.272.344
Dívidas subordinadas	51.962.425	-	-	51.962.425
Outros passivos financeiros	61.738.928	(6.151.710)	(896.858)	54.690.360
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	21.673.914	-	(737.702)	20.936.212
Provisão para perda esperada	3.135.240	612	-	3.135.852
Provisões técnicas de seguros e previdência	435.244.311	-	-	435.244.311
Outras provisões	34.361.671	1.065.281	(143.968)	35.282.984
Impostos correntes e diferidos	8.083.929	664.253	(690)	8.747.492
Outros passivos	41.118.142	11.950.967	(3.320.377)	49.748.732
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	169.589.896	-	-	169.589.896
Participação de acionistas não controladores	771.287	3.485.400	-	4.256.687
Total em 30 de setembro de 2025	2.173.295.680	28.691.465	54.541.934	2.256.529.079

	R\$ mil			
	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	168.409.952	3.665.928	4.226.792	176.302.672
Despesas da intermediação financeira	(102.814.762)	(824.637)	(6.455.001)	(110.094.400)
Resultado da intermediação financeira	65.595.190	2.841.291	(2.228.209)	66.208.272
Perdas esperadas de ativos financeiros	(26.036.232)	(711.995)	-	(26.748.227)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.558.958	2.129.296	(2.228.209)	39.460.045
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	10.552.329	-	-	10.552.329
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	23.023.199	5.867.820	1.721.558	30.612.577
Despesas de pessoal/administrativas	(36.015.057)	(1.739.876)	399.497	(37.355.436)
Despesas tributárias	(6.098.570)	(720.108)	-	(6.818.678)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	1.335.724	(1.071.153)	-	264.571
IR/CS e Outras receitas/despesas	(14.283.074)	(4.465.979)	107.154	(18.641.899)
Lucro líquido acumulado em 30 de setembro de 2025	18.073.509	-	-	18.073.509

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopap, Banco John Deere etc.) para fins gerenciais; e

(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

As informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	11.597.493	5.542.798	348.236	4.270	62	(706.343)	16.786.516
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	447.851.372	42.144.211	457.920.975	11.041	2.600.845	(26.429.107)	924.099.337
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	354.793.943	2.273.523	-	-	-	-	357.067.466
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	560.512.671	89.136.485	-	-	-	(29.199.040)	620.450.116
Outros ativos financeiros	140.924.800	267.731	11.282.427	30.535	104.452	(7.238.216)	145.371.729
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.198.567	30.360	219.590	-	-	-	1.448.517
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	81.279.068	-	5.431.215	-	27.952	(80.787.231)	5.951.004
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	7.107.331	87.294	2.343.645	1.117	22.417	(910.533)	8.651.271
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.759.165	191.192	4.082.900	131	590	-	25.033.978
Impostos a compensar e crédito tributário	125.856.685	288.217	6.664.654	3.501	155.887	-	132.968.944
Outros ativos	12.467.242	1.521.532	4.707.497	280	9.402	(5.752)	18.700.201
Total em 30 de setembro de 2025	1.764.348.337	141.483.343	493.001.139	50.875	2.921.607	(145.276.222)	2.256.529.079
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	446.506.956	27.859.295	-	-	-	(31.471.365)	442.894.886
Recursos de clientes	603.703.658	60.588.137	-	-	-	(524.897)	663.766.898
Recursos de emissão de títulos	330.196.687	10.412.006	-	-	-	(24.336.349)	316.272.344
Dívidas subordinadas	51.962.425	-	-	-	-	-	51.962.425
Outros passivos financeiros	55.375.707	13.299	211.887	-	-	(910.533)	54.690.360
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	17.667.031	3.269.181	-	-	-	-	20.936.212
Provisão para perda esperada	3.129.753	6.099	-	-	-	-	3.135.852
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	435.224.055	20.256	-	-	435.244.311
Outras provisões	28.849.227	108.222	6.242.268	11.602	74.000	(2.335)	35.282.984
Impostos correntes e diferidos	6.610.272	226.615	1.872.892	-	37.713	-	8.747.492
Outros passivos	47.148.965	1.693.743	8.112.351	3.184	34.001	(7.243.512)	49.748.732
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	169.589.896	-	-	-	-	-	169.589.896
Participação de acionistas não controladores	3.607.760	37.306.746	41.337.686	15.833	2.775.893	(80.787.231)	4.256.687
Total em 30 de setembro de 2025	1.764.348.337	141.483.343	493.001.139	50.875	2.921.607	(145.276.222)	2.256.529.079

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	165.404.728	6.438.146	6.192.551	1.172	259.363	(1.993.288)	176.302.672
Despesas da intermediação financeira	(108.992.380)	(3.182.212)	(18.430)	-	-	2.098.622	(110.094.400)
Resultado da intermediação financeira	56.412.348	3.255.934	6.174.121	1.172	259.363	105.334	66.208.272
Perdas esperadas de ativos financeiros	(26.077.293)	(670.934)	-	-	-	-	(26.748.227)
Resultado bruto da intermediação financeira	30.335.055	2.585.000	6.174.121	1.172	259.363	105.334	39.460.045
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	-	-	10.508.263	20.719	-	23.347	10.552.329
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28.375.241	735.378	1.519.699	-	105.577	(123.318)	30.612.577
Despesas de pessoal/administrativas	(32.765.022)	(946.247)	(3.762.270)	(15.972)	(98.050)	232.125	(37.355.436)
Despesas tributárias	(5.601.743)	(8.600)	(1.192.076)	-	(16.259)	-	(6.818.678)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(151.552)	-	416.123	-	-	-	264.571
IR/CS e Outras receitas/despesas	(10.942.325)	(855.295)	(6.400.623)	(3.041)	(203.127)	(237.488)	(18.641.899)
Lucro líquido acumulado em 30 de setembro de 2025	9.249.654	1.510.236	7.263.237	2.878	47.504	-	18.073.509

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;

(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;

(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no País e exterior.

37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	16.536	-	16.536
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	10	4.648.955	178.340	4.827.305
Passivos				
Depósitos à vista e de poupança	299	17.281	23.654	41.234
Depósitos a prazo	5.268.682	543.864	411.672	6.224.218
Captações no mercado aberto	282.195	694.154	-	976.349
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	27.296.926	-	963.071	28.259.997
Juros sobre capital próprio a pagar	2.861.069	-	-	2.861.069
Outros passivos	-	12.732.660	1.273	12.733.933

	R\$ mil			
	Acumulado em 30 de setembro de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	(76.664)	12	(76.652)
Despesas de intermediação financeira	(3.209.705)	(134.985)	(155.856)	(3.500.546)
Receita de prestação de serviços	112	323.179	321	323.612
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	158.532	(2.100.121)	(54.648)	(1.996.237)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.183.531 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de setembro de 2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	861.016
Pós emprego - Plano de previdência	38.375
Total	899.391

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de setembro de 2025
• Ações ordinárias	0,32%
• Ações preferenciais	1,07%
• Total de ações (1)	0,70%

(1) Em 30 de setembro de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,15% de ações ordinárias, 1,10% de ações preferenciais e 1,63% do total de ações.

38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

Para o terceiro trimestre de 2025 o Bradesco manteve os mesmos critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

a) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores monitorados no processo de Gerenciamento de Capital, com o objetivo de mensurar a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Bacen. No período analisado, o Bradesco manteve-se em conformidade com todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil
	Basileia III
	Em 30 de setembro de 2025
	Prudencial
Capital regulamentar - valores	
Capital Principal	121.615.610
Nível I	142.577.729
Patrimônio de Referência - PR	169.227.988
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores	
RWA total	1.067.378.808
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal - ICP	11,4%
Índice de Nível I	13,4%
Índice de Basileia	15,9%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
ACP total (1)	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,39%
Razão de Alavancagem (RA)	
Exposição total	2.019.475.069
RA	7,1%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	223.244.138
Total de saídas líquidas de caixa	146.257.369
LCR	152,6%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.074.577.174
Recursos estáveis requeridos (RSF)	885.448.501
NSFR	121,4%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

b) Risco de crédito**Mensuração do risco de crédito**

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	16.859.773	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	454.687.417	(93.078)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	97.187.950	(6.673)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	288.834.794	(5.953.071)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	237.139.862	-
Operações de crédito e de Arrendamento mercantil (Nota 12)	652.467.520	(46.127.385)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	150.745.747	(3.458.286)
Compromissos de valores de crédito a liberar – <i>off-balance</i> (Nota 12)	356.524.267	(1.861.977)
Beneficiários e garantias prestadas – <i>off-balance</i> (Nota 12)	118.237.870	(1.273.263)
Total da exposição	2.372.685.200	(58.773.733)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

c) Concentração das operações de crédito

	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Por concentração	
Maior devedor	4.143.661
Dez maiores devedores	27.924.192
Vinte maiores devedores	41.371.822
Cinquenta maiores devedores	64.507.421
Cem maiores devedores	84.749.858

d) Setor de atividade econômica

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2025	%
Setor público	6.960.471	0,9
Setor privado	748.339.419	99,1
Total	755.299.890	100,0
Pessoa jurídica	326.589.240	43,2
Atividades imobiliárias e construção	24.146.267	3,2
Varejo	38.661.937	5,1
Serviços	100.099.905	13,3
Transportes e concessão	27.807.322	3,7
Automobilística	6.975.483	0,9
Alimentícia	14.532.294	1,9
Atacado	19.320.271	2,6
Energia elétrica	8.673.177	1,1
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.522.781	0,7
Demais setores	80.849.803	10,7
Pessoa física	428.710.650	56,8

e) Risco de mercado**VaR Modelo Interno – Carteira Trading**

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R\$ mil
	Em 30 de setembro de 2025
Prefixado	2.992
IGP-M / IPCA	13.864
Cupom cambial	101
Moeda estrangeira	5.199
Renda variável	2.915
Soberanos/eurobonds e treasuries	2.761
Outros	11.624
Efeito correlação/diversificação	(11.840)
VaR (Value at Risk)	27.617

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,32 foi utilizado um cenário de R\$ 5,37, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,32% foi aplicado um cenário de 14,33%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,32 foi utilizado um cenário de R\$ 6,65, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,32% foi utilizado um cenário de 17,91%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,32 foi utilizado um cenário de R\$ 7,98, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,32% foi utilizado um cenário de 21,49%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		R\$ mil		
		Carteira Trading (1)		
		Em 30 de setembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(111)	(39.074)	(74.994)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(1.006)	(173.445)	(317.103)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(6)	(759)	(1.504)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.724)	(68.107)	(136.215)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	1.362	34.053	68.106
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	78	7.874	13.771
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(80)	(2.008)	(4.017)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.487)	(241.466)	(451.955)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 347 bps e 674 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Set/2025.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras Trading e Banking

		R\$ mil		
		Carteira Trading e Banking (1)		
		Em 30 de setembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.873)	(3.714.950)	(7.281.878)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(17.934)	(2.820.585)	(4.975.960)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.592)	(194.435)	(378.030)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(7.374)	(184.358)	(368.716)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(26.993)	(674.823)	(1.349.645)
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	1.776	171.834	333.322
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(82)	(2.051)	(4.102)
Total sem correlação dos fatores de risco		(63.071)	(7.419.368)	(14.025.009)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 347 bps e 676 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Set/2025.

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo

I - Balanço patrimonial por moedas

	R\$ mil		
	Em 30 de setembro de 2025		
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Ativo			
Disponibilidades	16.859.773	10.317.160	6.542.613
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	477.450.906	464.973.694	12.477.212
- Títulos e valores mobiliários	454.594.339	443.246.253	11.348.086
- Instrumentos financeiros derivativos	22.856.567	21.727.441	1.129.126
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	97.181.277	84.803.014	12.378.263
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	97.181.277	84.803.014	12.378.263
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.393.357.685	1.316.496.215	76.861.470
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	237.139.862	234.866.248	2.273.614
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	119.708.504	119.656.181	52.323
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	282.881.723	272.999.129	9.882.594
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	599.151.255	534.813.874	64.337.381
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.188.880	7.188.420	460
- Outros ativos financeiros	147.287.461	146.972.363	315.098
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.292	1.559.932	30.360
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	12.718.643	12.718.643	-
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.253.704	8.164.949	88.755
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	19.224.265	19.032.930	191.335
Impostos a compensar	13.090.605	12.812.955	277.650
Crédito tributário	117.451.182	117.425.228	25.954
Outros ativos	16.117.348	14.595.907	1.521.441
Total do Ativo	2.173.295.680	2.062.900.627	110.395.053
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.459.317.290	1.341.173.070	118.144.220
- Recursos de instituições financeiras	387.655.291	337.453.711	50.201.580
- Recursos de clientes	660.629.421	603.123.883	57.505.538
- Recursos de emissão de títulos	297.331.225	286.919.219	10.412.006
- Dívidas subordinadas	51.962.425	51.962.425	-
- Outros passivos financeiros	61.738.928	61.713.832	25.096
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	21.673.914	18.305.160	3.368.754
Provisão para perda esperada	3.135.240	3.129.141	6.099
- Compromissos de empréstimos	1.861.977	1.856.168	5.809
- Garantias Financeiras	1.273.263	1.272.973	290
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	435.244.311	435.224.055	20.256
Outras provisões	34.361.671	34.241.678	119.993
Impostos correntes	1.955.172	1.807.585	147.587
Impostos diferidos	6.128.757	6.048.754	80.003
Outros passivos	41.118.142	39.411.019	1.707.123
Total do passivo	2.002.934.497	1.879.340.462	123.594.035
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	169.589.896	169.589.896	-
Participação de acionistas não controladores	771.287	771.287	-
Total do Patrimônio Líquido	170.361.183	170.361.183	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.173.295.680	2.049.701.645	123.594.035
Posição líquida de ativos e passivos			(13.198.982)
Derivativos - posição líquida (2)			(1.709.295)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(665.500)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)	-		(15.573.777)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no acumulado em 30 de setembro de 2025, R\$ (5.138.842) mil e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 596.223 mil; e

(5) No período/exercício a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R\$ (618.389) mil.

II - Balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	16.859.773	-	-	-	-	16.859.773
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	465.850.866	2.966.360	1.007.216	7.626.464	-	477.450.906
- Títulos e valores mobiliários (1) (2)	454.594.339	-	-	-	-	454.594.339
- Instrumentos financeiros derivativos	11.256.527	2.966.360	1.007.216	7.626.464	-	22.856.567
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.426.462	9.417.533	15.494.359	65.114.190	4.728.733	97.181.277
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1) (2)	2.426.462	9.417.533	15.494.359	65.114.190	4.728.733	97.181.277
Ativos financeiros ao custo amortizado	510.973.299	191.837.622	136.553.960	553.992.804	-	1.393.357.685
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (1)	3.754.091	22.059.104	26.645.148	230.423.380	-	282.881.723
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	167.340.146	60.831.941	7.479.591	1.488.184	-	237.139.862
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	119.656.181	52.323	-	-	-	119.708.504
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	117.861.859	88.720.633	82.053.114	310.515.649	-	599.151.255
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.424	89.378	216.830	6.874.248	-	7.188.880
- Outros ativos financeiros	102.352.598	20.084.243	20.159.277	4.691.343	-	147.287.461
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.292	-	-	-	-	1.590.292
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	-	-	12.718.643	12.718.643
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	91.560	457.801	549.361	6.451.298	703.684	8.253.704
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	506.601	2.125.369	2.064.194	14.275.643	252.458	19.224.265
Impostos a compensar	2.304.236	317.135	416.313	10.052.921	-	13.090.605
Crédito tributário	323.634	17.374.403	9.298.830	90.454.315	-	117.451.182
Outros Ativos	5.035.033	7.304.958	1.270.196	2.507.161	-	16.117.348
Total em 30 de setembro de 2025	1.005.961.756	231.801.181	166.654.429	750.474.796	18.403.518	2.173.295.680
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	549.191.275	178.836.909	154.284.691	556.042.295	20.962.120	1.459.317.290
- Recursos de Instituições Financeiras (1) (3)	310.740.897	37.486.142	18.674.808	20.753.444	-	387.655.291
- Recursos de Clientes (3)	197.307.329	51.559.858	90.200.904	321.561.330	-	660.629.421
- Recursos de Emissão de Títulos	14.885.937	62.364.891	37.766.075	182.314.322	-	297.331.225
- Dívidas Subordinadas	646.584	462.065	1.579.325	28.312.331	20.962.120	51.962.425

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
- Outros Passivos Financeiros	25.610.528	26.963.953	6.063.579	3.100.868	-	61.738.928
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13.189.901	2.822.144	1.632.852	4.029.017	-	21.673.914
Provisão para perda esperada	1.635.108	790.525	654.810	54.797	-	3.135.240
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	583.089	761.019	510.107	7.762	-	1.861.977
- Garantias Financeiras	1.052.019	29.506	144.703	47.035	-	1.273.263
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (3)	387.439.746	-	-	47.804.565	-	435.244.311
Outras provisões	16.858.444	892.869	754.862	15.855.496	-	34.361.671
Impostos correntes	1.693.738	211.036	50.398	-	-	1.955.172
Impostos diferidos	240.388	39.077	90.517	5.758.775	-	6.128.757
Outros passivos	40.745.954	136.205	9.692	226.291	-	41.118.142
Patrimônio líquido						
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	169.589.896	169.589.896
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	771.287	771.287
Total Patrimônio líquido	-	-	-	-	170.361.183	170.361.183
Total em 30 de setembro de 2025	1.010.994.554	183.728.765	157.477.822	629.771.236	191.323.303	2.173.295.680

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

g) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	237.139.862	237.156.073
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	119.708.504	119.708.504
Títulos e valores mobiliários:		
Ao valor justo por meio do resultado (1)	454.594.339	454.594.339
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	97.181.277	97.181.277
Ao custo amortizado (1)	282.881.723	272.562.884
Instrumentos financeiros derivativos	22.856.567	22.856.567
Operações de crédito e arrendamento mercantil	606.340.135	585.745.600
Outros ativos financeiros	147.287.461	147.287.461
Passivos		
Recursos de instituições financeiras	387.655.291	387.533.976
Recursos de clientes	660.629.421	657.280.704
Recursos de emissão de títulos	297.331.225	298.601.840
Dívidas subordinadas	51.962.425	53.728.975
Instrumentos financeiros derivativos	21.673.914	21.673.914
Outros passivos financeiros	61.738.928	61.738.928

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	399.933.466	52.433.126	2.227.747	454.594.339
Letras financeiras do tesouro	241.474.741	-	-	241.474.741
Letras do tesouro nacional	42.937.853	-	-	42.937.853
Notas do tesouro nacional	62.552.522	-	-	62.552.522
Letras financeiras	-	35.298.602	-	35.298.602
Debêntures	23.322.337	4.800.882	43.600	28.166.819
Ações	10.759.021	4.048.131	1.941.857	16.749.009
Outros	18.886.992	8.285.511	242.290	27.414.793
Derivativos	1.409.387	340.404	(567.138)	1.182.653
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	10.741.238	11.857.170	258.159	22.856.567
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.331.851)	(11.516.766)	(825.297)	(21.673.914)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	94.156.198	2.044.043	981.036	97.181.277
Notas do tesouro nacional	36.563.523	-	-	36.563.523
Letras do tesouro nacional	16.040.523	-	-	16.040.523
Letras financeiras do tesouro	23.249.388	-	-	23.249.388
Títulos de governos estrangeiros	7.974.026	-	-	7.974.026
Ações	3.755.740	-	972.993	4.728.733
Outros	6.572.998	2.044.043	8.043	8.625.084
Total	495.499.051	54.817.573	2.641.645	552.958.269
Públicos	433.455.647	65	8.043	433.463.755
Privados	62.043.404	54.817.508	2.633.602	119.494.514

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 1º de janeiro de 2025	2.424.132	1.094.128	137.552	(557.559)	3.098.253
Incluídos no resultado	415.965	(2.145)	-	-	413.820
Incluídos em outros resultados abrangentes	-	(94.752)	-	-	(94.752)
Aquisições	195.658	-	120.607	(267.738)	48.527
Liquidações	(721.913)	(12.252)	-	-	(734.165)
Vencimentos	(58.403)	(3.943)	-	-	(62.346)
Transferência entre níveis (1)	(27.692)	-	-	-	(27.692)
Em 30 de setembro de 2025	2.227.747	981.036	258.159	(825.297)	2.641.645

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R\$ mil					
	Em 30 de setembro de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(2)	(627)	(1.207)	-	(121)	(234)
Índices de preços	-	(43)	(81)	-	-	-
Cupom cambial	(28)	(3.220)	(6.303)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.298	32.459	64.919	-	-	-
Renda variável	10.680	267.005	534.011	5.351	133.787	267.573

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 30 de setembro de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	237.156.073	-	237.156.073	237.139.862
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	161.787.829	101.470.985	9.304.070	272.562.884	282.881.723
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	585.745.600	585.745.600	606.340.135
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	387.533.976	387.533.976	387.655.291
Recursos de clientes	-	-	657.280.704	657.280.704	660.629.421
Recursos de emissão de títulos	-	-	298.601.840	298.601.840	297.331.225
Dívidas subordinadas	-	-	53.728.975	53.728.975	51.962.425

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

39) OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Resultados não recorrentes**

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil acumulado em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 18.073.509 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 18.135.071 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (61.562) mil líquido de impostos.

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 30 de setembro de 2025 atingiram R\$ 1.375.659.993 mil.

c) Benefícios a empregados

As despesas totais com contribuições efetuadas, no acumulado em 30 de setembro de 2025, foram de R\$ 291.548 mil.

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no acumulado em 30 de setembro de 2025, o montante de R\$ 4.119.933 mil.

- d)** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco

S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.

- e) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. O Banco está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.
- f) Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.
- g) Em 1º de setembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital Glória D'Or na rede hospitalar "Atlântica D'Or" ("Transação"), expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1º de novembro de 2024 ("Parceria"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica do Hospital Glória D'Or será de responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

Data-Base 1º.10.2025

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara

Membros Independentes

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luís Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiburger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vínicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno

Diretores

Affonso Correa Taciro Junior
Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antônio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Wagner Firetti
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luís Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
* Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite

Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Lucas Nogueira e Nogueira
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biotchini
Manoel Guedes de Araújo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Patrícia Kessler de Assumpção
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
Vínicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emílio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Paulo Ricardo Satyro Bianchini – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antônio José da Barbara – Membro
Samuel Monteiro dos Santos Junior – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Walter Luís Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vínicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Rogério Pedro Câmara

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Walter Luís Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Vínicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vínicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antônio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vínicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Ludmila de Melo Souza
Ava Cohn

Membros Suplentes

Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Mônica Pires da Silva
Marcos Aparecido Galende

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll – Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vínicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

***eleição pendente de homologação pelo BACEN. Consequentemente não tomou posse do cargo**

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas ("Bradesco" ou "Banco") em 30 de setembro de 2025, que compreendem os balanços patrimoniais consolidados em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

A administração do Bradesco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, em 30 de setembro de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos

do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada, não contendo qualquer modificação, com data de 28 de outubro 2025.

São Paulo, 28 de outubro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Cláudio Rogério Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco) referentes ao terceiro trimestre de 2025 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores; (ii) o Comitê de Auditoria; e (iii) a KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da companhia.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2025

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Ludmila de Melo Souza

Ava Cohn

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Marcelo de Araújo Noronha, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2025.

Marcelo de Araújo Noronha
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, Cassiano Ricardo Scarpelli, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2025.

Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor Vice-Presidente